



CÂMARA FEDERAL

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N° _____, DE 2017

(Da Sra. ERIKA KOKAY e Outros)

Requer a convocação do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, **DYOGO OLIVEIRA**, para esclarecer as propostas de mudanças na legislação dos planos de saúde na modalidade de autogestão.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, §§1º e 2º, do Regimento Interno, que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam adotadas as providências necessárias para a convocação do Sr. **DYOGO OLIVEIRA**, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para esclarecer as propostas de mudança na legislação dos planos de saúde na modalidade de autogestão.

JUSTIFICAÇÃO

Em seminário realizado no dia 15 de setembro de 2017, a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) promoveu expressivo debate sobre as minutas de Resolução CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), que são vistas como ameaça aos planos de saúde de autogestão das empresas estatais federais.

Duas resoluções não oficiais da CGPAR – órgão vinculado ao Ministério do Planejamento – apresentam propostas que, na prática, inviabilizam o Saúde Caixa e os demais planos de saúde das empresas públicas federais. As minutas das resoluções vazaram nas redes sociais em julho deste ano.

Dentre as mudanças propostas pelas referidas resoluções constam a paridade de custeio entre a mantenedora (empresa estatal) e



CÂMARA FEDERAL

empregados (50% para cada parte); imposição de limite de gastos com assistência à saúde a 8% da folha de pagamento de ativos e aposentados; novas adesões aos planos existentes só poderão ser feitas se as contribuições forem distintas por faixa etária e faixa salarial; todo plano de empresa estatal deverá cobrir coparticipação nos serviços de saúde.

Considerando a temeridade de tais propostas para o conjunto dos trabalhadores da ativa e aposentados das empresas públicas, é preciso um amplo debate sobre os riscos que podem resultar de uma eventual aprovação das propostas de resolução, sob pena de causarem prejuízos irreversíveis aos associados de planos de Saúde de autogestão.

Segundo a ANABB, as propostas de resoluções da CGPAR podem colocar aproximadamente 5 milhões de pessoas em risco nos planos de saúde, contingente de usuários que o Sistema Único de Saúde (SUS) não terá condições de acolher.

Ante o exposto, concluímos pela necessidade do comparecimento do ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão perante a CTASP, de modo que possa esclarecer as mencionadas propostas de mudança na legislação dos planos de saúde de autogestão, iniciativa para a qual solicitamos o apoio dos nobres membros deste Colegiado.

Sala da Comissão, em ___ de _____ de 2017.

Dep. Erika Kokay PT/DF

Dep. Vicentinho PT/SP

Dep. Bohn Gass PT/RS

Dep. Leonardo Monteiro PT/MG

Dep. Marcon PT/RS

Dep. Nelson Pellegrino PT/BA